



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Av. Narciso Silva, 1195
e-mail: licitacoes.cpl@gmail.com

Site: www.prefeituracapaodoleao.com.br

Processo de Compras nº 175/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 071/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Licitações exclusivas às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006

O Município de Capão do Leão, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, mediante Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO – SRP (Sistema de Registro De Preços), do tipo Menor Preço, com julgamento por item, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 95/2005 e, subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, conforme descrito neste edital e seus anexos.

1– LOCAL, DATA E HORA

- 1.1.A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **17 de dezembro de 2018** com início às **09h**, horário de Brasília - DF.
- 1.2.Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, das **09h dia 05 de dezembro de 2018** até às **08h55min do dia 17 de dezembro de 2018**.
- 1.3.Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2– OBJETO

2.1.REGISTRAR PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CANTINA, para a Prefeitura do Município do Capão do Leão, conforme especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3– PARTICIPAÇÃO

- 3.1.Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.
- 3.2.Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3.A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.4.Não será admitida a participação de empresas:
 - 3.4.1.Que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.
 - 3.4.2.Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4– REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 4.1.Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
 - 4.1.1.O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2.O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2.O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Capão do Leão, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5– ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1.A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor global e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1.A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2.O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3.Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4.Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5.Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a)preço unitário, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais e o preço global;

b)especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante com exigências editalícias;

c)inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

d)o prazo de validade da proposta, sendo no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

e)prazo de entrega conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração;

f)indicação da marca ofertada, sendo **vedada a indicação de duas ou mais marcas**;

g)indicação da conta corrente em nome da contratada para futuros pagamentos descritos na proposta escrita.

h)forma de contato (telefone/e-mail), nome, CPF, CI, cargo do responsável legal e do responsável pela assinatura do contrato.

5.1.Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.2.Não sendo emitida a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento/contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

6– ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1.O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.

7– FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1.Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5.Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1.Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.7.Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8– JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1.Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2.Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9– HABILITAÇÃO

9.1.Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, os documentos abaixo discriminados, em **1 (uma) via, originais ou em cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

9.1.1.Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

9.1.2.As certidões e as declarações exigidas valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.

9.1.3.Os **documentos** exigidos para habilitação, bem como a **proposta** atualizada conforme lance vencedor, serão encaminhados ao Pregoeiro, em original ou cópia autenticada, no prazo de **até 02 (dois) dias úteis após a Sessão**, prorrogável por igual prazo à critério da Administração, dentro do prazo de validade;

9.1.4.Para fins de autenticação de documentos, se a empresa desejar, poderá fazê-lo junto aos servidores municipais, munidos da cópia e mediante a apresentação dos originais;

9.1.5.A microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião deste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.1.5.1.Na hipótese de alguma restrição na habilitação fiscal, será processada na forma do art.43 Leis Complementares 123/2006 e 147/2014.

9.1.6.A falta de algum dos documentos supracitados decairá na INABILITAÇÃO da licitante.

9.1.7.Deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2018
ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

9.2.Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.2.1.**HABILITAÇÃO JURIDICA**, que deverão estar de acordo com Art. 28 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

- a) Cédula de Identidade e Registro comercial, no caso de empresa individual ou Certificado do MEI – CCMEI;
- b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Comprovação de atividade econômica pertinente ao ramo do objeto, através de:
 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual/Certificado do MEI – CCMEI; ou
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome da empresa proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que cumpriu de forma satisfatória, contrato de prestação de serviços/fornecimento. Deverá o contrato atestado ser compatível com o aqui licitado.

9.2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial ou Certidão Judicial Civil Negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Prova de enquadramento da empresa através da Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, dentro da validade de 60 dias, caso se tratar de ME ou EPP com exceção das MEIs, que o benefício se dá pelo Certificado do MEI – CCMEI.

9.2.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, que deverá estar de acordo com Art. 29 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município (Alvará), relativo ao domicílio/sede do licitante ou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, este último dispensado às MEIs;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e RGFN (Certidão Conjunta Negativa), que abranja as Contribuições Sociais;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça de Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.2.1. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);
- b) Declaração expressa que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências editalícias;
- c) Declaração que não possui no quadro societário servidor público na ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, junto à administração licitante.

1– IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 1.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

- 1.1.1.Caberá à autoridade competente decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 1.1.2.Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

2– RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de **formulário próprio do Sistema Eletrônico**, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

2.1.1.A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

2.2.A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo tiver sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

2.3.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

2.4.O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

2.5.O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

2.6.Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

2.7.Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3– ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

3.1.A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

3.2.A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

4– RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

4.1.Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, anexo I e em consonância com a proposta de preços;

4.2.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

4.4.Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

4.5.Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

5– PRAZO DE ENTREGA

5.1.A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada no prazo e condições descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6– DA ATA E DO CONTRATO

6.1.Após a adjudicação a autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo, 10 (dez) dias consecutivos, a contar da convocação.

6.1.1.A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, sujeito às sanções previstas neste edital, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes

classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

6.2.Com a solicitação do objeto, a Secretaria Municipal de Finanças, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora, para assinatura do contrato, exceto quando puder ser substituído por outro instrumento hábil (Autorização de Fornecimento / nota de empenho de despesa), sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

6.3.Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas na convocação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

6.4.O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

6.5.O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

6.6.Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

7– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1.**Quando licitante**, ficará sujeito às seguintes penalidades:

7.1.1.Ficará impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a)convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- b)deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente;
- c)não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- d)comportar-se de modo inidôneo;

7.1.**Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

7.1.1.Ficará impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a)ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- b)falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c)cometer fraude fiscal.

7.1.1.Ficará sujeito ainda às penalidades de:

- a)Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para as entregas previstas no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b)Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso de entrega, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato, limitado a 10 (dez) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c)Multa no valor correspondente de 12% (doze por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato.

7.1.As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

7.2.Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

7.3.Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

8– RECEBIMENTO, GARANTIA E QUALIDADE.

8.1.A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução ao particular, no estado em que se encontrar, que por sua vez terá o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração.

8.2.Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

9– RESCISÃO

9.1.A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10– PAGAMENTO

10.1.O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega definitiva do objeto licitado, contados da liberação da Nota Fiscal pela fiscalização à Contabilidade, mediante depósito na conta bancária, informada pelo Fornecedor na proposta financeira;

10.2.A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal.

10.3.Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (um por cento) ao mês de juros.

10.4.Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11– DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

11.2.A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

11.3.A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93.

11.4.Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Capão do Leão, na Secretaria de Finanças, situada na Av. Narciso Silva, nº 1195, centro, das 07h30min às 13h30min ou pelo fone (53) 3275.1543.

11.5.Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

11.6.O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

11.7.Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Capão do Leão, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

11.8.O Município de Capão do Leão se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

11.9.Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo das Declarações

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo V – Minuta de Contrato

Capão do Leão, 04 de dezembro de 2018.

Pedro Gomes Moreira
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2018**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA – OBJETO**

1 – OBJETO: REGISTRAR PREÇO, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CANTINA, para o Município de Capão do Leão, conforme especificações contidas abaixo:

Item	Descrição do item	Unid.	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Valor de referência R\$
1	ABRIDOR DE LATAS manual, reforçado, em inox.	Unid.	5	100	10
2	ASSADEIRA GRANDE DE ALUMÍNIO POLIDO design retangular com alças resistentes nas laterais, para uso em forno a gás e elétrico, espessura mínima de 2,5 mm, medidas aproximadas: comprimento: 50 cm, altura 7 cm, largura 35 cm. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	100	40,5
3	ASSADEIRA GRANDE DE ALUMÍNIO POLIDO design retangular com alças resistentes nas laterais, para uso em forno a gás e elétrico, espessura mínima de 2,5 mm. Medidas aproximadas: comprimento 60 cm, altura 8 cm e 40 de largura. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	100	47,25
4	BACIA de alumínio polido com capacidade de 30 litros, com dimensões aproximadas de 50 cm de diâmetro e 20 cm de altura. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	100	37,22
5	BACIA de polipropileno capacidade 17 litros com design arredondado, espessura mínima 1,2 mm.	Unid.	5	100	27,66
6	BACIA de polipropileno capacidade 27 litros, design arredondado e espessura mínima de 1,3 mm.	Unid.	5	100	35,74
7	BOTIJÃO TÉRMICO confeccionado em material atóxico e reciclável, resistente a impactos e quedas, ideal para a conservação de bebidas quentes e frias, com pés retráteis, com capacidade de 12 litros, com alça e torneira de fácil higienização.	Unid.	5	50	150,65
8	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO POLIDO INDUSTRIAL capacidade mínima: 30 litros com tampa e pegador de tampa no mesmo material com alças bilaterais em alumínio polido e espessura mínima de 5 mm com diâmetro (aproximado) de 45 cm por 20 cm de altura (aproximada). Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	100	208,49
9	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO POLIDO INDUSTRIAL capacidade mínima: 50 litros com tampa e pegador de tampa no mesmo material com alças bilaterais em alumínio polido e espessura mínima de 5 mm com diâmetro (aproximado) de 55 cm por 27 cm de altura (aproximada). Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	100	349,18
10	CAIXA PLÁSTICA BRANCA VAZADA utilizada para armazenamento e transporte de produtos cárneos e pescados, dimensões externas aproximadas de 40 cm comprimento x 30 cm de largura x 30 cm de altura. Capacidade aproximada de 45 litros.	Unid.	5	150	52,41
11	CALDEIRÃO GRANDE com capacidade para 68 litros em alumínio polido industrial, com tampa e pegador de tampa no mesmo material com alças bilaterais em alumínio polido e espessura mínima de 3 mm com diâmetro de 45 cm por 45 cm de altura. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	50	324,29
12	CALDEIRÃO GRANDE número 50 com capacidade para 95 litros em alumínio polido industrial, com tampa e pegador de tampa no mesmo material com alças bilaterais em alumínio polido e espessura mínima de 3 mm com diâmetro de 50 cm por 48 cm de altura.	Unid.	5	50	615,93
13	CALDEIRÃO GRANDE tipo hotel em alumínio polido industrial, capacidade aproximada: 30 litros. Garantia mínima de um ano contra vícios ou defeitos de fabricação. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	80	210,67
14	CALDEIRÃO MÉDIO tipo hotel em alumínio polido industrial, capacidade	Unid.	5	100	170,19

	aproximada: 20 litros. Garantia mínima de um ano contra vícios ou defeitos de fabricação. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.				
15	CANECA DE VIDRO TEMPERADO capacidade 300 ml lisa.	Unid.	10	10000	7,96
16	CANECÃO DE ALUMÍNIO polido industrial com capacidade para 4,5 litros, com alça em baquelite antitérmico que resiste a altas temperaturas e admite mais segurança ao manuseio. Espessura mínima de 1,5 mm com diâmetro de 18 cm por 18 cm de altura. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização.	Unid.	5	50	37,9
17	COLETOR DE LIXO RECICLÁVEL COM CAPACIDADE DE 120 LITROS/50KG fabricado em polietileno adequado para ambiente externo com rodas de 200mm com pedal e estrutura para abertura e fechamento da tampa fabricado em aço com tratamento anti-corrosão ou com pintura eletrostática, com altura de 100cm largura de 50 cm e profundidade de 60 cm.	Unid.	5	50	207
18	COLHER DE MESA aço inox sem emendas ou rebarbas, comprimento 198 mm, espessura 2,5 mm. Feita totalmente em aço inoxidável. Concha e cabo em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco. Com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez.	Unid.	50	10000	4
19	COLHER DE SOBREMESA em aço inox, comprimento 178 mm e espessura de 2,5 mm. Feita totalmente em aço inoxidável. Concha e cabo em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco. Com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez.	Unid.	50	10000	3,03
20	COLHER GRANDE reforçada, totalmente de aço inox. Comprimento aproximado: 36 cm; Espessura mínima: 2,5mm	Unid.	5	100	20,01
21	COLHER GRANDE reforçada, totalmente de aço inox. Comprimento aproximado: 51,5 cm; Espessura mínima: 2,5mm	Unid.	5	100	34,67
22	CONCHA GRANDE , reforçada, em aço inox de aproximadamente 60 cm de comprimento e 2,5 mm de espessura e capacidade para 200 ml.	Unid.	5	100	38,51
23	DESCASCADOR DE LEGUMES com lâmina em cerâmica que não oxida e de fácil limpeza	Unid.	5	100	9,23
24	ESCORREDOR 20 litros de alumínio polido, tipo tacho com pé e asas de alumínio, furado com furo grosso espessura de 2 mm e diâmetro de 45 cm e 19 cm de altura.	Unid.	5	100	96,94
25	ESCORREDOR 9,25 litros de alumínio polido, tipo tacho com pé e asas de alumínio, furado com furo grosso espessura de 2 mm e diâmetro de 35 cm e 13,5 cm de altura	Unid.	5	100	61,97
26	ESCOVA PARA LIMPEZA DE AZULEJOS E CANTOS com cabo de plástico resistente.	Unid.	2	50	22,48
27	ESCOVA PARA LIMPEZA INTERNA DE COPOS E/OU GARRAFAS com cabo de plástico resistente.	Unid.	2	50	12,48
28	ESCUMADEIRA grande, reforçada, totalmente em aço inox. Comprimento aproximado 56 cm. espessura mínima 2,5 mm.	Unid.	5	50	41,17
29	FACA DE CORTE PARA CARNES com fio liso e lamina em aço inox 8", cabo em polipropileno.	Unid.	5	50	47,96
30	FACA DE CORTE PARA LEGUMES lâmina em aço inox com fio liso, cabo em polipropileno antibacteriano injetado diretamente sobre a espiga da lâmina. Medidas aproximadas: 21 cm de comprimento, 2,5 mm de espessura.	Unid.	5	50	11,29
31	FACA DE CORTE PARA PÃO com fio serrilhado 21 cm de comprimento, 2,5 mm de espessura.	Unid.	5	50	43,25

32	FAÇA DE MESA COM PONTA ARREDONDADA , totalmente em aço inox sem emendas. Comprimento aproximado: 213mm. Espessura mínima 3,0 mm e comprimento da lâmina 102 mm. Feito totalmente em aço inoxidável. Lâmina e cabo em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco. Com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez. Não tóxica estável e não absorvente sob condições de uso. Não deve “emprestar” odor, cor ou gosto aos alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e construídos de forma a garantir durabilidade e resistência, com vistas à finalidade a que se destina.	Unid.	50	10000	3,55
33	GARFO DE MESA , totalmente em aço inox sem emendas. Comprimento aproximado: 199 mm; espessura mínima: 2,5 mm. Feito totalmente em aço inoxidável, dentes e cabos em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco. Com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez. Não tóxica estável e não absorvente sob condições de uso. Não deve “emprestar” odor, cor ou gosto aos alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos. Com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e construídos de forma a garantir durabilidade e resistência, com vistas à finalidade a que se destina.	Unid.	50	10000	4,61
34	GARFO GRANDE , reforçado, totalmente de aço inox. Comprimento aproximado: 50 cm. Espessura mínima: 2,5 mm.	Unid.	5	100	24,98
35	GARRAFA TÉRMICA com revestimento interno e externo em aço inoxidável, com capacidade para 2,5 l.	Unid.	2	50	269,29
36	JARRA graduada , em plástico resistente transparente, capacidade mínima 1 litro.	Unid.	5	50	21,54
37	JARRA PLÁSTICA TRANSPARENTE , capacidade de 2 litros, com tampa, redonda, (não ser oval).	Unid.	5	50	21,48
38	LÂMINA DE AÇO 10x10 cm para picador manual de legumes industrial.	Unid.	5	50	42,65
39	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8 LT bivolt em aço inox com tampa 1500 watts de potência, com lamina em aço inox.	Unid.	5	50	950
40	LIXEIRA PEQUENA DE AÇO COM PEDAL CAPACIDADE DE 40 LTS , com tratamento anti corrosão ou com pintura eletrostática. Medidas aproximadas: altura 59 cm e 42 cm de diâmetro.	Unid.	2	100	159,84
41	PEGADOR PARA SALADAS E MASSAS em aço inox. Medida aproximada: 30 cm de comprimento e espessura de 2,5 mm, com uma extremidade em formato de colher e a outra em formato de colher vazada.	Unid.	5	50	18,85
42	PICADOR MANUAL DE LEGUMES linha industrial, estrutura em alumínio, tripé em tubo de aço 3/4" para uso no chão, navalha perfurada em aço inoxidável, com cortes dos dois lados, cambiáveis, em formato quadrangular, no corte de 10mm, com 6 (seis) lâminas de aço 10x10 cm reserva.	Unid.	5	50	209,58
43	POTE DE SOBREMESA de vidro temperado capacidade 250 ml com diâmetro de 10,5 cm e altura de 5 cm.	Unid.	5	10000	5,19
44	PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO linha de mesa, altura mínima de 3,2cm, diâmetro mínimo de 22cm.	Unid.	50	10000	6,04
45	TÁBUA PARA CORTAR CARNES , em polietileno, atóxica com aditivo antibactericida, antiderrapante na cor branca, com bordas arredondadas. Medidas aproximadas: 1,5 x 30 x 50 cm.	Unid.	5	100	65,76
46	TESOURA com lâmina de aço sem serra, arredondada, cabo em polipropileno, medindo aproximadamente 22 cm da ponta ao cabo.	Unid.	2	50	31,88

3– FISCALIZAÇÃO:

3.1.Fiscalização do contrato ficará a cargo do Servidor Wilmar Andre Billafan Burgueño, matrícula 5082 ou a Servidora Maria Fernanda Juarez Rodrigues, matrícula nº 5377, como suplente, designados através da Portaria nº 212/2018;

3.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

3.2.1. Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), prazos, etc.;

3.2.2. Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

3.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o (s) serviço (s) prestado (s) em desacordo com as especificações exigidas;

3.2.4. Comunicar oficialmente a seus superiores quanto à rejeição do (s) produto (s) /serviço (s);

3.2.5. Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

3.2.6. Certificar as notas fiscais correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

3.2.7. Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

3.2.8. Recolher os produtos avariados, vencidos, ou em desconformidade com aquele ofertado para recolhimento pela empresa fornecedora e a substituição do mesmo;

3.2.9. Avisar a empresa da necessidade do recolhimento de itens a serem substituídos.

4– ENTREGA:

4.1. Os produtos deverão ser entregues até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento/empenho ou assinatura do Contrato.

4.2. A entrega será na Secretaria de Educação desta prefeitura, na Av. Narciso Silva, número. 2.360, no horário das 08h às 12hs, de segunda a sexta, sem ônus ao Município.

Obs.: Durante a entrega, a carga e descarga do Objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

4.3. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução ao particular, no estado em que se encontrar;

4.3.1. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

4.3.2. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

5– DA GARANTIA E QUALIDADE

5.1. Os produtos deverão ainda apresentar qualidade aceitável, caso contrário, o fornecedor será solicitado para fazer a troca imediata do(s) mesmo(s), mediante Termo de Devolução, o qual deverá ser assinado pelo responsável pela entrega e recebimento dos produtos

5.2. Os produtos entregues deverão estar dentro dos padrões exigidos pelas normas técnicas brasileiras, leia-se ABNT/NBR.

Capão do Leão, 04 de dezembro de 2018.

Pedro Gomes Moreira
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2018

ANEXO II MODELO DAS DECLARAÇÕES

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA:

Declaração que é Beneficiária da Lei 123

Sob as penas da Lei que a empresa supracitada está enquadrada como(Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI) e requer os benefícios da Lei Complementar 123 e 147.

Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF (Modelo)

Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

Sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências editalícias;

Declaração que não possui no quadro societário servidor público (Modelo)

Sob as penas de Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

.....
(Data)

.....
(Representante legal, Telefone/e-mail)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2018

**ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL**

Data:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2018

À
Prefeitura de Capão do Leão

A empresa, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

nº do Item	Especificaçã do item ofertado	Marca do item	Unidade	Qtde. Máxima	Valor Unitário do item (R\$)	Valor Total do item (R\$)

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Dados Bancários: Banco _____ Ag: _____ Conta Corrente _____

Fone/e-mail para contato: _____

Dados do Representante Legal do proponente (CPF, RG, cargo, contato): _____

Dados do Responsável pela assinatura do contrato (CPF, RG, cargo, contato): _____

Prazo de garantia: conforme edital.

Validade da proposta: _

Data: _____

Assinatura

Carimbo do C.N.P.J.

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 175/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 071/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ___/2018

VALIDADE: 1 ano

Aos ___ dias do mês de _____ de 2018, a Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS, sediada na Avenida Narciso Silva, nº. 1.195, nesta Cidade, inscrita no **CNPJ sob o nº. 87.691.507/0001-17**, neste ato representado por seu Prefeito, Mauro Santos Nolasco, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 095/2005, Decreto Municipal nº. 058/2006 e das demais normas legais aplicáveis, emite a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o objetivo de formalizar o Registro de Preços, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 071/2018**, homologado em ___/___/2018, onde a empresa _____, estabelecida a _____, nº _____, Bairro cidade de _____, CEP: _____, **CNPJ nº. _____**, Insc. Estadual: _____, fone: (xx)_____, e-mail: _____, por seu representante legal, _____, portador dos documentos CPF: _____ e RG: _____, é aqui denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores: (detalhamento dos participantes: nº fornecedor e razão social)

As empresas detentoras da Ata dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e licitação acima especificadas, regidos pelas leis do preâmbulo e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

(detalhamento dos vencedores: nº fornecedor e razão social)

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1.O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando (detalhe do objeto); Tudo em conformidade com as especificações constantes no edital nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e atas do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este documento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado não beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1.O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, inscrito na ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

(fornecedor e itens ganhos, com as respectivas especificações, unidades, marcas, quantidades e preço unitário de todos itens)

2.2.Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.1.Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao estabelecimento da relação inicialmente pactuada,

em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do § 5º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória de elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à ata da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida da pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

3.a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

3.b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

3.c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

4.a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

4.b) permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente designados pelo órgão gerenciador.

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser considerada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior, estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação as penalidades.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA IV – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2.Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;

4.3.Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4.Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5.Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona"

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1.Compete ao órgão gestor:

5.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009.

5.1.2.O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1.O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e quantitativos a serem fornecidos.

Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.3.Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.4.Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.1.5.Emitir a autorização de compra/fornecimento.

5.1.6.Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preço ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

5.2.Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1.Proporcionar ao detentor da ata todas condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital.

5.2.2.Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

5.2.3.Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da Ata.

5.3.Compete ao Compromitente detentor da ata:

5.3.1.Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da ata de Registro de Preços.

- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a administração, no prazo estipulado, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta ata.
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de registro de Preços.

CLÁUSULA VI – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela Administração, quando:

1.1.a) o detentor da ata descumprir as condições da ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

1.1.b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

1.1.c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

1.1.d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

1.1.e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2022;

1.1.f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela Detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação de cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolizada no protocolo geral da administração, ou por e-mail, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA VII – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar a data, o valor unitário do

fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, bem como a ficha orçamentária ou a fonte de recurso a ser usada para o montante do pedido.

7.3.O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, contendo o número de referência da ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4.Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o ato ao departamento de Compras, órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5.A(s) fornecedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6.A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7.As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8.A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade e substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1.Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendem as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para uso.

7.8.2.Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9.Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, conforme manual do fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10.As despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO

8.1.O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais ou conforme relatório mensal, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2.Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das certidões conjunta federal e com o FGTS.

8.3.Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

8.4.Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para devidas correções.

8.5.Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6.Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7.A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada, exceto quando da aquisição de bens e para empresas MEIs.

CLÁUSULA IX – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2.A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no §4º do art. 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos órgãos ou entidades usuários da Ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Edital e ao que dispõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA XI - DAS PENALIDADES

11.1. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

11.1.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- 1.1.a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- 1.1.b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 1.1.c) cometer fraude fiscal.

11.1.2. Ficar sujeito ainda às penalidades de:

- 1.2.a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- 1.2.b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- 1.2.c) Multa no valor correspondente de 12% (doze por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato.

11.2. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.3. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

11.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 071/2018** e a proposta desta Empresa, classificada em 1º lugar no certame supra numerado;

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº. 095/2005 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XIII – DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Pelotas - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

PROMITENTE FORNECEDORA

ENTIDADE GERENCIADORA
PREF. MUN. DE CAPÃO DO LEÃO
Mauro Santos Nolasco
Prefeito Municipal

Fiscalização: _____

Recebe o fiscal cópia fiel deste termo.

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

Termo de contrato que entre si celebram a prestação de serviços, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº **87.691.507/0001-17**, representada pelo Sr. Mauro Santos Nolasco, Prefeito Municipal, com sede à Av. Narciso Silva, 1620, centro, Capão do Leão/RS, doravante denominanda simplesmente como **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo(a) Sr(a) _____, portador dos documentos RG: _____ e CPF: _____, com sede à _____, CEP: _____, fones: _____, e-mail: _____, doravante denominada simplesmente como **CONTRATADA** resolvem firmar o presente contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/2018, julgado em ___/___/2018, homologado em ___/___/2018, regida pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A Contratada obriga-se ao fornecimento de ____ (____), REGISTRAR PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CANTINA, para a Prefeitura do Município do Capão do Leão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO

2.1.Fica ajustado o valor total do presente Contrato em _____;

2.2.O valor unitário é (_____);

2.3.Neste valor estão incluídas todas as despesas com impostos, descontos, emolumentos, contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta e indireta, todas as despesas com carregamento e equipamentos e outras despesas necessárias para perfeita realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas do presente Contrato serão atendidas com os seguintes recursos:

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1.O material será solicitado conforme a necessidade do Município;

4.2.O prazo máximo para a entrega do material é de 10 dias contados da Autorização de Fornecimento / Contrato; ou ainda poderão ser informadas as datas das retiradas em cronograma anexo ao Contrato;

4.3.O objeto será transportado pelo veículo do Fornecedor e entregue na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Capão do Leão, na Av. Narciso Silva, nº. 2.360, no horário das 08h às 12hs de segunda a sexta, sem ônus ao Município, e a descarga dos mesmos por conta da Prefeitura.

Obs.: Durante a entrega, a carga e o transporte do objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO

5.1.A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de dez dias, sendo que encontradas desconformidades, a coisa será devolvida ao particular no estado em que se encontrar;

5.2.Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA E QUALIDADE

6.1. Os produtos deverão ainda apresentar qualidade aceitável, caso contrário, o fornecedor será solicitado para fazer a troca do mesmo, mediante Termo de Devolução, o qual deverá ser assinado pelo responsável pela entrega e recebimento dos produtos;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1.Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento do objeto pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária, informada pelo Fornecedor juntamente com a proposta

7.2.A nota fiscal/fatura emitida pelo Fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Contrato, a fim de acelerar o trâmite de recebimento;

7.3.Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS, CNP do INSS;

7.4.Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (um por cento) ao mês de juros;

7.5.Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1.Dos Direitos:

8.1.1.Da CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

8.1.2.Da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convenencionados.

8.2.Das obrigações:

8.2.1.Da CONTRATANTE:

8.2.1.1.Efetuar o pagamento ajustado; e

8.2.1.2.Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

8.2.1.3.Informar a retirada do saibro com no mínimo 24 horas de antecedência.

8.2.2.Da CONTRATADA:

8.2.2.1.Entregar o objeto de acordo com as especificações do edital no local informado na solicitação;

8.2.2.2.Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2.2.3.Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente contratação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.2.2.4.A contratada responsabiliza-se totalmente pelo carregamento do saibro, assim como pelo fornecimento de equipamentos de trabalho e segurança (quando necessários) a seus funcionários;

8.2.2.5.Manter atualizados e informar caso venham a ser mudados o endereço, telefone ou endereço eletrônico (e-mail) descritos no preâmbulo e que foram indicados no certame, para facilitar a comunicação entre as partes;

8.2.2.6.Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

8.2.2.7. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração que ocorra na sua constituição.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1.A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.2.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

9.3.Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

9.4.A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

8.1.**Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

8.1.1.Ficará impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal.

8.1.1.Ficará sujeito ainda às penalidades de:

a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;

b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;

c) Multa no valor correspondente de 12% (doze por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato.

8.1.As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

8.2.Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

8.3.Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1.A fiscalização do recebimento dos materiais será exercida pela Contratante, através do servidor Wilmar Andre Billafan Burgueño, matrícula 5082 ou a Servidora Maria Fernanda Juarez Rodrigues, matrícula nº 5377, como suplente, fone: 3275 – 1216.

11.2.Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, quantidade, prazos etc;

11.2.1.Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

11.2.2.Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o(s) objeto(s) entregues(s) em desacordo com as especificações exigidas;

11.2.3.Comunicar oficialmente à seus superiores quanto à rejeição do(s) produto(s)/serviço(s);

11.2.4.Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega/prazos dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

11.2.5.Certificar as notas fiscais/recibos correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

11.2.6.Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1.A vigência do presente contrato fica estabelecida até a entrega total do objeto deste contrato ou o prazo de _____ (_____) dias a partir da assinatura deste, ou seja, _ / _ / _ , data esta limite para a entrega;

12.2.Poderá ser prorrogado conforme a Lei 8.666/93, as necessidades da Contratante e anuência da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

13.1.Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

13.2.No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzindo eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o INPC/IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro de Pelotas para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital, os anexos a ele e as normas contidas na Lei nº. 8.666/93;

15.2.E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual forma e teor.

Capão do Leão, de de 2018.

CONTRATADO

CONTRATANTE
PREF. MUN. DE CAPÃO DO LEÃO
Mauro Santos Nolasco
Prefeito Municipal